

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 529.840 - SP (2019/0255860-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANTONIO CARLOS SAMMARTINO
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS SAMMARTINO - SP161965
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALESSANDRO SILVEIRA MACEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROLAÇÃO DE ACÓRDÃO. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALESSANDRO SILVEIRA MACEDO, apontando como coator o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Recurso em Sentido Estrito n.º 0005248-10.2018.8.26.0068).

Consta dos autos que o Paciente – preso preventivamente em 19/08/2018 – foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II, III e IV, do Código Penal, mantida a segregação cautelar. Contra o *decisum* o Paciente interpôs recurso em sentido estrito.

Na presente impetração, a Defesa alega excesso de prazo para a apreciação do mencionado recurso, apontando ofensa ao princípio da razoabilidade a ensejar o relaxamento da custódia preventiva do Paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a imediata soltura do Paciente, ainda que lhe sejam impostas as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 26-27).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal se manifestou pela denegação da ordem de *habeas corpus*, em parecer de fls. 38-41.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao sítio eletrônico da Corte de origem, constato que, em 26/09/2019, sobreveio à impetração a prolação de acórdão negando provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo ora Paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Por conseguinte, evidencia-se a superveniente perda de objeto do presente *writ*, porquanto não há mais interesse na tramitação do pedido, que objetivava demonstrar a existência de constrangimento ilegal ante ao excesso de prazo para julgamento do mencionado recurso.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

